

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
<i>Capítulo 1</i>	
EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGISLATIVA DOS DIREITOS DA MULHER	13
1.1. Retrospecto histórico e legislativo no Brasil	14
1.1.1. Brasil Colônia	14
1.1.2. Brasil Império	16
1.1.3. Brasil Republicano	19
1.1.4. Constituição Federal de 1988 e legislação subsequente	24
1.1.5. “Pacote Antifeminicídio” - Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024 (novo)	28
1.1.6. Prioridade para atendimento médico de vítimas - Leis nº 14.887/2024 e 14.847/2024	36
1.1.7. Novas leis publicadas a partir de 2025	38
1.2. Convenções Internacionais	41
1.2.1. Sistema Global: Convenção CEDAW	44
1.2.2. Sistema Regional Interamericano: Convenção de Belém do Pará	48
1.2.2.1. Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos pelos direitos das mulheres	50
1.3. Direito estrangeiro	54
1.3.1. América	54
1.3.1.1. Argentina	55
1.3.1.2. Chile	57
1.3.1.3. Estados Unidos	59
1.3.2. África	60
1.3.2.1. Angola	62
1.3.3. Ásia	64
1.3.3.1. Arábia Saudita	65
1.3.3.2. Afeganistão	67
1.3.4. Europa	68
1.3.4.1. Espanha	69
1.3.4.2. Itália	72

Capítulo 2

DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA LEI MARIA DA PENHA.....	77
2.1. A Lei Maria da Penha como discriminação positiva	77
2.2. Conceito e aspectos gerais	84
2.2.1. Da violência de gênero	86
2.3. Formas de violência	97
2.3.1. Violência física	100
2.3.2. Violência psicológica.....	101
2.3.2.1. Como se estabelece a <i>violência psicológica</i>	104
2.3.2.2. Perfil do agressor	107
2.3.2.3. Instrumento de Avaliação de Violência Psicológica (IAVP)	108
2.3.3. Violência sexual.....	119
2.3.4. Violência patrimonial (atualizado).....	123
2.3.4.1. Imunidades dos arts. 181 e 182 CP.....	125
2.3.5. Violência moral.....	128
2.3.6. Violência Vicária.....	130
2.4. Violências de Gênero contra mulheres (não previstas expressamente na Lei Maria da Penha)	135
2.4.1. Convenção de Haia	135
2.4.2. <i>Lawfare</i> (violência processual)	140
2.4.3. Violência política	147
2.4.4. Quadro esquemático	159
2.5. Tipos penais mais comuns e orientação jurisprudencial	166
2.5.1. Ameaça (art. 147, CP).....	166
2.5.2. Vias de fato (art. 21, LCP) – atualizado (Pacote Antifeminicídio)	176
2.5.3. Constrangimento ilegal (art. 146, CP).....	183
2.5.4. Cárcere privado e sequestro.....	188
2.5.5. Descumprimento de medidas protetivas (24-A, LMP) – atualizado (Pacote Antifeminicídio).....	194
2.5.6. Lesão corporal (art. 129, par. 13, Código Penal) – atualizado (Pacote Antifeminicídio).....	205
2.4.6.1. Lesão corporal por dano à saúde	227
2.5.7. Tortura (Lei 9.455/97).....	231
2.5.8. Estupro (art. 213, CP)	238
2.5.9. Estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e § 1º, do Código Penal).....	248
2.5.9.1. A prova do estupro de vulnerável.....	267
2.5.9.2. Um caso real.....	274
2.5.9.3. A perícia negativa nos crimes de estupro	277
2.6. Feminicídio.....	280
2.6.1. Pacote Antifeminicídio – Lei 14.994/2024	296
2.6.2. Feminicídio e a tese de defesa da honra	306
2.7. Vicaricídio	315
2.8. Violação à intimidade da vítima	318
2.9. <i>Stalking</i> (perseguição)	324

2.10. Crime de Violência Psicológica contra a mulher – art. 147-B, CP	339
2.10.1. Dano emocional	343
2.11. Subtração bens patrimoniais, animal doméstico e telefone celular	351
2.12. Estelionato sentimental (art. 171, “caput”, CP).....	355

Capítulo 3

“VÍTIMA MULHER” NAS RELAÇÕES AFETIVAS, DOMÉSTICAS E FAMILIARES 363

3.1. Mulheres trans e travestis	363
3.2. Mulheres negras	374
3.3. Mulheres indígenas	381
3.4. Crianças e adolescentes – vítimas diretas e indiretas	385
3.4.1. Lei Henry Borel	387
3.5. Mulheres idosas.....	401
3.6. Mulheres com deficiência.....	404
3.7. Âmbitos da Lei: art. 40-A (Lei nº14.550/2023)	405
3.8. Âmbitos da lei: violência no âmbito doméstico	412
3.9. Âmbito da lei: violência no âmbito familiar	414
3.10. Âmbito da lei – violência na relação afetiva (art. 5º, III, Lei Maria da Penha).....	419
3.10.1. Relação homoafetiva entre mulheres	423

Capítulo 4

VULNERABILIDADE DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA 425

4.1. Necessidade de uma proteção específica	425
4.1.1. Vulnerabilidade econômica da mulher	427
4.2. O “silêncio” da vítima e o ciclo da violência.....	431
4.2.1. Fatores que contribuem para o silêncio da vítima.....	434
4.3. Conciliação <i>versus</i> responsabilização do agressor.....	441
4.4. Proteção integrada – Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Henry Borel, Estatuto da Pessoa Idosa e Código de Processo Penal.....	447

Capítulo 5

MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA 453

5.1. Natureza jurídica das medidas protetivas	453
5.1.1. Autonomia das medidas protetivas (Lei 14.550/2023).....	456
5.1.2. Princípios que regem o sistema protetivo	469
5.1.3. Sistema protetivo amplo: medidas protetivas além do âmbito do JPDF (Lei 14.550/2023)	470
5.2. Cognição sumária pelo depoimento da vítima (Lei 14.550/2023).....	473
5.3. Decisão judicial: presunção de perigo	475
5.4. Prazo e revogação da medida	476
5.5. Formulário Nacional de Avaliação de Risco	486
5.6. Procedimento	503
5.7. Recurso cabível.....	512
5.8. Prisão preventiva por descumprimento	515

5.9. Medidas protetivas em espécie.....	526
5.9.1. Medidas que obrigam o agressor	527
5.9.1.1. Monitoração eletrônica (Lei nº 15.383/2026).....	557
5.9.2. Medidas destinadas à vítima	562
5.9.2.1. Medida protetiva genérica de encaminhamento a atendimento médico e cirurgia reparadora (Lei nº 14.887/2024).....	576
5.10. Efetividade do processo protetivo.....	577
5.11. Esquema do processo protetivo.....	580

Capítulo 6

INVESTIGAÇÃO E PROCESSO POR VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER..... 587

6.1. Os contornos da violência contra a mulher e a revitimização.....	587
6.1.1. Sigilo dos dados da vítima (Lei nº 14.857/2024)	591
6.2. Atuação diferenciada do Ministério Público	594
6.3. Assistência judiciária (arts. 27 e 28 da Lei nº 11.340/2006).....	598
6.4. Investigação e atendimento da vítima pela autoridade policial.....	600
6.4.1. Atuação protetiva da autoridade policial.....	603
6.4.2. Atuação investigatória da autoridade policial.....	605
6.4.3. Dever jurídico de atuar	611
6.5. A representação da vítima	613
6.5.1. A representação para a lesão corporal leve.....	617
6.5.2. A audiência do artigo 16 da Lei nº 11.340/2006.....	620
6.6. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	628
6.6.1. Competência criminal.....	632
6.6.2. Competência civil: medidas protetivas de urgência	636
6.6.3. Competência civil: ações de divórcio e dissolução de união estável	640
6.7. Prova da violência.....	643
6.7.1. Depoimento da vítima.....	643
6.7.2. Depoimento em crimes sexuais – a reação de “congelamento” diante da agressão	653
6.7.3. Materialidade: prontuário médico ou prova equivalente	654
6.7.4. Depoimentos de testemunhas.....	658
6.7.5. Documentos e outras provas.....	660
6.7.6. “Alienação parental” como estratégia de defesa	662
6.7.7. Lei Mariana Ferrer	670
6.8. Sentença.....	673
6.8.1. Impossibilidade da aplicação de penas pecuniárias isoladas e reparação do dano moral.....	673
6.8.2. Fixação da pena na sentença: orientação da jurisprudência	679
6.8.3. Pacote “Antifeminicídio” – Efeitos da condenação	688
6.8.4. “Pacote Antifeminicídio” – Execução da sentença	692
6.9. Análise da efetividade do processo criminal por violência.....	694

CONCLUSÕES 697

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 703